

Senadores votam novos benefícios

O Senado aprovou ontem, com protestos, o Plano de Benefícios e Custo da Previdência Social. Diversos senadores, entre eles Nelson Carneiro (PMDB-RJ), reclamaram que a Casa vem se tornando apenas uma sessão homologatória da Câmara, que vota seus projetos no final do período legislativo, obrigando os senadores a votar às pressas, sem tempo de examinar as matérias.

Nelson Carneiro reclamou especialmente da aprovação, pela Câmara dos Deputados, do artigo 100 do Plano de Benefícios, que concedia salário-maternidade para as produtoras rurais autônomas. A medida é absurda, porque elas pagariam a si mesmas. Por isso, deputados e senadores concordaram para não atrasar o processo, que o presidente da República vetará o artigo.

Os parlamentares fizeram acordo também sobre a contribuição do produtor rural para a seguridade social, com 2% da receita bruta da comercialização. Essa contribuição fora derrubada do projeto da Câmara, mas os senadores quiseram incluí-la e decidiram fazer um projeto de lei, a ser apresentado em agosto. O índice na Câmara era de 3%.

O Plano de Benefícios vai favorecer 23 milhões de aposentados e pensionistas da Previdência com diversas vantagens, entre elas o direito a pensão para o homem, quando a esposa falecer. De acordo com o plano, as aposentarias serão corrigidas a partir de julho pelo INPC, sempre que for aumentado o salário mínimo. O presidente da República tem 15 dias para sancionar o plano.

O Plano de Custo foi elaborado principalmente para cobrir o aumento de gastos com novos benefícios, calculado em Cr\$ 60 bilhões por mês. A Previdência gasta um pouco mais de Cr\$ 4 trilhões anualmente com benefícios. Esse valor deve subir para cerca de Cr\$ 5,3 trilhões.